



## PISCICULTURA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DA UTILIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA PESQUEIRA COMO FONTE DE RENDA FAMILIAR

### *PISCICULTURE IN REGIONAL DEVELOPMENT: A SOCIO-LEGAL ANALYSIS OF THE USE OF THE FISHING AGROINDUSTRY AS A SOURCE OF FAMILY INCOME*

**Danieli Moreira Mimo Talau** 

Graduanda em Direito na Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, Ariquemes, RO.  
E-mail: danieli.37260@faema.edu.br

**Eloisa Carvalho Feitosa** 

Graduanda em Direito na Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, Ariquemes, RO.  
E-mail: eloisa.37275@faema.edu.br

**Hudson Carlos A. Persch** 

Mestrando em Direito pela UNIMAR. Coordenador e Docente do Curso de Direito na Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, Ariquemes, RO.  
E-mail: hudsonpersch@hotmail.com

**Lucas Scadelai Ramos** 

Graduando em Direito na Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, Ariquemes, RO.  
E-mail: lucas.16625@faema.edu.br

**Submetido:** 15 nov. 2021.

**Aprovado:** 1 dez. 2021.

**Publicado:** 27 dez. 2021.

**E-mail para correspondência:**

hudsonpersch@hotmail.com

Este é um trabalho de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais. Imagem: StockPhotos (Todos os direitos reservados).



Open Access

**Resumo:** Diversas atividades econômicas foram desenvolvidas ao decorrer dos anos no estado de Rondônia, destacando-se atualmente a piscicultura dos grandes e pequenos produtores que enfrentam dificuldade nas vendas por conta da burocratização imposta e da concorrência com as grandes indústrias. O objetivo geral pautou-se em apresentar as principais contribuições do agronegócio para o crescimento e desenvolvimento econômico-social do estado de Rondônia. Pela pesquisa qualitativa foi possível a compreensão de como o estado de Rondônia se desenvolveu e promoveu o desenvolvimento regional. A pesquisa básica teve como foco harmonizar a diferença e o contexto histórico das atividades ruralistas. Quanto ao objetivo descritivo, buscou-se trazer em dados e números como o estado tem crescido em relação as do agronegócio, da agropecuária e da piscicultura. Foi possível através da pesquisa bibliográfica através de livros, artigos e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística identificar os benefícios que essas atividades proporcionaram e proporcionam para Rondônia, bem como são extremamente importantes para o sustento das pequenas famílias. Para a pesquisa documental, foram utilizadas leis, revistas, notícias entre outros, para alcançar maiores resultados e compreensão acerca do tema. Por fim, com o método histórico, criando uma linha do tempo, desde o início do desenvolvimento econômico e social de Rondônia até os dias de hoje. Os resultados obtidos baseiam-se na importância do fomento das políticas públicas para a capacitação de mão de obra, a desburocratização das exigências para abertura de indústrias, principalmente para auxiliar os pequenos produtores e a utilização das mídias sócias para promoção dessas atividades, corroborando ainda mais para a venda e consumo da matéria prima dentro do Estado de Rondônia.

**Palavras-chave:** Agroindústria Familiar. Ariquemes. Desenvolvimento Regional. Piscicultura. Vale do Jamari.

**Abstract:** Several economic activities have been developed over the years in the state of Rondônia, currently the fish farming of large and small producers who face difficulties in sales due to imposed bureaucracy and competition with large industries stands out. The general objective was based on presenting the main contributions of agribusiness to the economic and social growth and development of the state of Rondônia. Through qualitative research, it was possible to understand how the state of Rondônia developed and promoted regional development. Basic research focused on harmonizing the difference and the historical context of rural activities. As for the descriptive objective, we sought to bring in data and numbers how the state has grown in relation to agribusiness, agriculture and fish farming. It was possible, through bibliographic research through books, articles and data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics, to identify the benefits that these activities provided and provide for



Rondônia, as well as being extremely important for the sustenance of small families. For documentary research, laws, magazines, news, among others, were used to achieve greater results and understanding of the topic. Finally, with the historical method, creating a timeline, from the beginning of the economic and social development of Rondônia to the present day. The results obtained are based on the importance of promoting public policies for the training of the workforce, the reduction of bureaucracy in the requirements for opening industries, mainly to help small producers and the use of social media to promote these activities, further corroborating for the sale and consumption of raw materials within the State of Rondônia.

**Keywords:** Family agroindustry. Ariquemes. Regional development. Pisciculture. Vale do Jamari.

## Introdução

O presente trabalho trará como abordagem a Piscicultura no desenvolvimento regional no Vale do Jamari, dentro desse tema será realizado uma análise sociojurídica e econômica. A justificativa da escolha da temática se dará devido a contribuição socioeconômica gerada pela piscicultura familiar para o desenvolvimento regional do Vale do Jamari.

O objetivo geral desse trabalho se pautará em apresentar as principais contribuições do agronegócio para o crescimento e desenvolvimento econômico-social do estado de Rondônia, enfatizando as previsões constitucionais para o desenvolvimento regional. Já para os objetivos específicos buscará desenvolver a pesquisa sob uma ótica jurídica os conhecimentos quanto as questões inerentes ao desenvolvimento regional previsto na Constituição Federal de 1988, para considerar as informações relevantes sobre a contribuição do agronegócio para o PIB do estado de Rondônia, apresentando ênfase para a piscicultura produzida na região do Vale do Jamari, além de discorrer sobre as principais dificuldades encontradas em relação aos termos de contrato de compra e venda da produção de pescado na região e descrever os pontos mais importantes que encontram amparo legal referente a piscicultura e a industrialização do peixe produzido em cativeiro.

Para a composição desta pesquisa o ponto de partida será a problemática voltada para a burocratização do processo de abertura de indústrias para processamento do pescado produzido na piscicultura regional. Nota-se que a morosidade e a burocracia documental para a abertura de empresas de processamento de pescado se apresentam como o principal problema de interferência no avanço do desenvolvimento regional.

Através da disponibilização de postos de trabalho e da escoação da produção do pescado, esse produzido pelos produtores locais que enfrentam dificuldades em vender o



peixe *in natura*, pois a existência de indústrias de beneficiamento e processamento da matéria prima não tem acompanhado a demanda de peixe produzido na região. Obrigando o pequeno piscicultor vender o seu produto por um valor ínfimo para indústrias de outros estados que se deslocam até a propriedade do produtor para coletar o pescado e levá-lo até a indústria. Elevando o custo final do produto que retorna para o comércio local. O que desmotiva a aquisição do pescado como matéria prima para a elaboração de pratos regionais que poderiam ser comercializados por meio de agroindústrias de processamento de produtos como o bolinho de tambaqui.

Como hipótese da problemática apresentada verifica-se que a tímida disponibilidade de qualificação de mão de obra por meio de cursos profissionalizantes voltados para a industrialização do pescado torna a oferta de profissionais inferior a demanda que tem apresentado as indústrias de processamento da matéria-prima já instaladas na região. Outro ponto importante está ligado a questão do pouco ou nenhum conhecimento da população em relação ao poder econômico e o desenvolvimento social que a comercialização do pescado transformado em produto de consumo final oferece à comunidade local, em específico às famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade econômica. Com base no que dispõem a Carta Magna brasileira no artigo 3º, inciso II e III, faz parte dos objetivos fundamentais da República federativa do Brasil garantir a ocorrência do desenvolvimento nacional, por meio do qual a pobreza deva ser erradicada e as desigualdades reduzidas.

O fato de os piscicultores familiares estarem sendo forçados a vender sua produção para indústrias de outros estados, como por exemplo, o estado do Amazonas, por um valor inferior ao de mercado sob a alegação dos custos do transporte do pescado até a indústria, interessa ao direito, uma vez que se trata de um negócio jurídico particular, bilateral entre pessoa física (o piscicultor familiar) e pessoa Jurídica (indústria de processamento de pescado), oneroso, de bem tangível, que incide dentro do Direito das Obrigações, uma ramificação do direito civil que regulamenta contratos, que por sua vez preza pela proteção do consumidor, exerce uma função social buscando intervir diretamente no combate ao abuso econômico. O que exerce uma interferência direta no processo de desenvolvimento regional, por influenciar diretamente o estado de bem social.

Dentro do que dispõem o artigo 186, 187 e 927 do Código Civil de 2002, pauta-se a análise de especificações existentes em contratos de negócio jurídico envolvendo o financiamento de insumos e construção de tanques de piscicultura para produtores de renda



familiar, envolvendo penhora ou hipoteca da propriedade que venha a ser o único bem familiar para provimento de moradia e sustento, dentre outras especificidades contratuais onde por vezes encontram-se defeitos ou vícios do negócio jurídico que possa culminar na anulabilidade do contrato e até ressarcimento em caso de dano.

Ao que tange à esfera voltada para a indústria, a Constituição Federal assegura no artigo 170 que a ordem econômica deve ser fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, o que tem por foco reduzir as desigualdades regionais. Destarte, tem-se como sugestão de solução jurídica o fomento de políticas públicas visando a capacitação e qualificação de mão de obra por meio de cursos gratuitos para jovens de baixa renda; desburocratização das exigências para a abertura de novas indústrias de processamento de pescado, incentivo financeiro por meio de linhas de crédito para a população em situação de vulnerabilidade econômica, para a abertura de agroindústrias de beneficiamento da matéria prima produzida na região transformando-a em produto final para o consumo, a exemplo o bolinho de tambaqui congelado, e por fim, a promoção utilizando as mídias digitais e as novas tecnologias, a fim de divulgar os produtos produzidos pelas agroindústrias familiares e incentivar o maior consumo de peixe e produtos derivados.

### **Materiais e Métodos**

Pela pesquisa qualitativa foi possível a compreensão de como o estado de Rondônia se desenvolveu, e como encontrou, na piscicultura, uma forma de promover o desenvolvimento regional e o trabalho familiar. A pesquisa básica teve como foco proporcionar a diferença e o contexto histórico de como a agropecuária, o agronegócio e a piscicultura foram importantes para o crescimento econômico do estado, principalmente nos últimos anos, já que Rondônia é atualmente o maior produtor de pescado do País.

Quanto ao objetivo descritivo, buscou-se trazer em dados e números como o estado tem crescido em relação as atividades ruralistas e como tem se tornado reconhecido pelos demais estados, bem como exportando seus produtos.

Foi possível através da pesquisa bibliográfica através de livros, artigos e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística identificar a positividade que essas atividades proporcionaram e proporcionam para Rondônia, bem como são extremamente importante para o sustento de pequenas famílias.



Para a pesquisa documental, serão utilizadas Leis, revistas, notícias entre outros, para obter maiores resultados e compreensão acerca do tema. Por fim, com o método histórico, será traçado uma linha do tempo, desde o início do desenvolvimento econômico e social de Rondônia até os dias de hoje.

## **Resultados e Discussão**

### **O desenvolvimento socioeconômico do Estado de Rondônia e o Vale do Jamari**

O desenvolvimento econômico do estado de Rondônia é composto por vários ciclos que contribuíram para a sua evolução. Um dos períodos mais conhecidos é o Ciclo da Borracha, que recebeu pessoas de diversas partes do País, principalmente do Nordeste que buscavam melhores condições de vida e de trabalho, o que impulsionou o crescimento e o povoamento de diversas partes do estado até o atual momento.

O primeiro ciclo da borracha foi caracterizado pela relação dos seringalistas e os seringueiros, sendo os primeiros donos das terras e dos equipamentos necessários para a extração do látex, enquanto o segundo, era responsável pela mão de obra, alguns consideram que essas relações se caracterizavam como escravidão por dívida já que muitos seringueiros era atraídos para o estado de Rondônia com a promessa de melhores condições de vida, porém, é claro, haveriam gastos não só com o transporte mas também com hospedagem, comida e até mesmo os equipamentos que utilizariam para a extração do látex. Na realidade, os ganhos dos seringueiros eram baixos enquanto os seringalistas lucravam cada vez mais <sup>(1)</sup>.

Um fato de extrema importância, e que não se pode deixar passar em branco, é que foi nesse período que ocorreu a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com 366km de extensão, sendo palco de mortes, doenças e atualmente é um ponto turístico de Porto Velho, capital de Rondônia <sup>(2)</sup>.

O segundo ciclo se dá com a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente no ano de 1942, onde o exército japonês conquistou territórios do Pacífico Sul e interromperam a produção de borracha nas colônias inglesas, nessa época o governo brasileiro estava negociando o fornecimento de látex para os Estados Unidos. Para isso surgiram os soldados da borracha, homens de diversas partes do País que foram convocados pelo Governo para



trabalhar nos seringais. Mas como não poderia ser diferente do período da construção da Ferrovia, esses soldados sofreram de diversas doenças como dengue, malária, febre amarela bem como picadas de cobra <sup>(1)</sup>.

Passados 10 anos do ciclo da borracha, estourou a descoberta do potencial mineral nas terras de Rondônia. A extração de estanho passou a ser o ponto de alavancagem econômica, conhecido como ciclo da cassiterita, possuiu dois períodos a exemplo do ciclo da borracha, o primeiro período do ciclo da cassiterita foi de 1952 até 1971 nessa época a garimpagem era manual, posteriormente a data de 31 de março de 1971 a garimpagem manual foi proibida pelo governo brasileiro e iniciou-se o segundo período da cassiterita que foi marcado pela garimpagem mecânica <sup>(3)</sup>.

As principais jazidas de cassiterita se encontravam na região de Porto Velho. Outros minerais nobres foram encontrados no estado ainda na década de 1950, ouro e diamante foram extraídos na região onde atualmente se encontram no vale do Rio Machado as cidades de Ji-Paraná e Pimenta Bueno no interior do estado <sup>(4)</sup>.

Na década de 1970 iniciou-se um fluxo de migração de famílias vindas dos estados do Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais para Rondônia, atraídos pelas propagandas feitas pelo governo federal que divulgavam a boa fama do solo da região, assim o ciclo econômico que predomina no estado até os dias atuais, teve início o que no passado era conhecido como ciclo rural atualmente é denominado agronegócio. A floresta começou a ser substituída por lavouras de café e por pastos para a criação de gado, alimentos como arroz, milho e feijão também eram cultivados, contudo em menor proporção pois sua principal função não era a venda e sim a alimentação das famílias de agricultores <sup>(5)</sup>.

Em simultaneidade com o início das plantações indústrias madeireiras vislumbraram a oportunidade de negócio pois como dito as florestas passaram a ser derrubadas, havendo assim abundância de madeira e o mais importante, qualidade, assim a geração de emprego na década de 1970 e 1980 provinha absolutamente das madeireiras, na época o interior do estado passou a ser povoado criando vilarejos como Alto Paraíso, Rio Crespo, Monte Negro, Cujubim, cuja economia até os dias atuais giram em torno da exploração madeireira <sup>(6)</sup>.

A Comissão Executiva da Lavoura Cacaeira – CEPLAC vinda do nordeste do país após realizar estudos no estado passou a incentivar a plantação de cacau e cidades como Ouro Preto, Jaru e Ariquemes se demonstravam mais propícias para esse tipo de lavoura, em



1976 contabilizou-se na região 54.000 hectares do cultivo que se desenvolvia paralelamente as produções de café e a criação de bovinos <sup>(5)</sup>.

Ao longo dos anos houve oscilação no preço da saca de café e as pragas na lavoura de cacau acabou por desanimar os produtores que viram na agropecuária uma saída rentável. Dessa forma o estado passou a caminhar para se tornar um dos maiores produtores de rebanho bovinos do país, segundo dados da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON o estado é o 6º maior produtor agropecuário do país, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgam que no ano de 2017 o rebanho bovino do Estado rondoniense era de 14.091.378 cabeças <sup>(7)</sup>.

Toda essa atividade econômica do estado gera crescimento e expansão, além do agronegócio a construção de hidrelétricas em todo o estado principalmente nas bacias do Rio Madeira e Rio Jamari movimentaram muito a renda rondoniense, a capital do estado a cidade de Porto Velho chegou a contar com 1 milhão de habitantes na época de pico das construções hidrelétricas, atualmente estima-se a população somente na capital em mais de meio milhão de habitantes <sup>(8)</sup>.

Outra atividade econômica atualmente de grande representatividade no estado é a produção de peixe de água doce, espécies como o Tambaqui, Pirarucu são criadas em tanques nas propriedades rurais e exportadas para todo o país. Segundo dados do IBGE a produção de piscicultura do estado produziu no ano de 2018 um total de 90 mil toneladas de peixe <sup>(9)</sup>.

A piscicultura do estado atualmente está concentrada em quantidade de maior expressão nas cidades componentes do Vale do Jamari, no capítulo a seguir será apresentada a composição territorial do Vale do Jamari e as principais atividades econômicas desenvolvidas atualmente.

Conforme dados históricos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) existem registros que já em a região era conhecida por ter abundâncias nativas, destacando-se o látex e era inicialmente habitada por povos indígenas e extrativistas. Já em 1900, durante o Primeiro Ciclo da Borracha ocorreu à ocupação deste território, mas essa ocupação se intensificou em 1909 durante a construção da linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira <sup>(10)</sup>.

Em 1945 (um mil novecentos e quarenta e cinco), o governo do Guaporé iniciou a abertura da BR-29 (vinte e nove), atualmente a BR-364 (trezentos e sessenta e quatro), essa

rodovia foi aberta até a margem do Rio Jamari passando a ser um importante via de ligação para os seringueiros habitantes das margens dos Rios Jamari, Candeias e seus afluentes e mais tarde deu-se início a ocupação das margens da rodovia <sup>(11)</sup>.

Até então o Estado de Rondônia se dividia em duas mesorregiões, sendo a mesorregião Madeira-Guaporé e a mesorregião Leste Rondoniense. A Madeira-Guaporé compreendia Porto Velho, Guajará Mirim e posteriormente se desenvolveram vilarejos que são distritos da cidade de Porto Velho como União Bandeirantes e outros que fazem parte do território rondonienses até a divisa com estado do Acre. A mesorregião Leste Rondoniense compreendia as cidades do eixo da BR-364 Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Cacoal, Colorado do Oeste e Vilhena <sup>(12)</sup>.

Com o desenvolvimento da BR-364 e a exploração de madeira ao redor da cidade de Ariquemes uma microrregião foi se formando, e no ano de 2003 por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) avaliando a necessidade de organização política e atendendo a aclamação dos setores públicos e da sociedade civil, compôs-se o Vale do Jamari, uma microrregião integrada por nove municípios: Ariquemes, Alto Paraiso, Cacaúlândia, Buritis, Campo Novo, Monte Negro, Cujubim, Machadinho e Rio Crespo <sup>(13)</sup>.

O agronegócio é atualmente a principal atividade econômica do Vale do Jamari. Devido a nomenclatura agronegócio ser abrangente, apresenta-se alguns conceitos importantes para o desenvolvimento do estudo quanto a abordagem que se refere às principais atividades econômicas da microrregião foco desse estudo. Assim sendo, apresenta-se uma breve explanação sobre a agricultura e agropecuária familiar e a aquicultura uma atividade que vem ganhando espaço nos últimos anos.

Agricultura e agropecuária em seu sentido *lato* é entendido como sendo a produção agrícola que tem por objetivo a plantação e determinadas criações de animais, gerando um crescimento econômico para o estado e como renda para as famílias de propriedades rurais que produzem e comercializam para empresas dentro ou fora do estado e de diversos ramos e chegando no consumidor final <sup>(14)</sup>.

Com o decorrer do tempo o agronegócio passou a ocupar um lugar de destaque e a agricultura familiar e seu desenvolvimento tornou-se uma temática explorada com maior intensidade e os gestores públicos voltaram uma atenção maior para esse setor <sup>(15)</sup>.



O Estado tem sua maior economia voltada para as atividades agropecuárias desenvolvidas entre as pequenas e médias propriedades rurais, e tem como destaque na produção de arroz, milho, soja, hortifrúti, café e outras culturas nativas da região como palmito e ainda a criação de bovinos e de pescado. Embora a exportação de carne seja alavancada para mais de 30 países, a produção de peixe está cada vez mais ganhando espaço no mercado como também sendo fortalecida pelos agricultores <sup>(16)</sup>.

O número de propriedades rurais no ano de 2014 ultrapassava um número superior a 120 mil propriedades, das quais 85% (oitenta e cinco por cento) produzindo alimentos que eram destinados ao abastecimento do comércio nas zonas urbanas das cidades, e de acordo com o secretário executivo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) Luiz Gomes, os agricultores junto com as empresas varejistas do ramo de alimentos, movimentaram a economia do estado em aproximadamente 190 milhões de reais por ano <sup>(17)</sup>.

A aquicultura é a atividade voltada ao cultivo de pescados, tanto de água doce quanto de água salgada, vem sendo utilizada no Vale do Jamari como ferramenta científica para aprimorar as técnicas de cultivo de peixes em cativeiro. O objetivo da aquicultura é o de garantir o controle, qualidade e regularidade dos pescados produzidos pela atividade de piscicultura que é um ramo da aquicultura <sup>(18)</sup>.

Destarte, vale ressaltar que a referida região tem se destacado pela produtividade de pescado, o que tem a levado ao conhecimento nacional como a maior região produtora de peixe tambaqui em cativeiro do Estado de Rondônia. Porém o agronegócio sofre críticas a partir de questões econômica-social e ambiental. As críticas ambientais são discutidas pelos “ruralistas” e “ambientalistas” sobre questões da expansão em larga escala das áreas ocupadas para cultivo e criação. Já na questão social, o agronegócio é “acusado” por causar movimentos sociais e concentração fundiária <sup>(19)</sup>.

Contudo, mesmo com as divergências de pensamentos e discussões acaloradas o agronegócio é o responsável pelo crescimento do PIB do estado. Tendo a piscicultura como fonte de renda, principalmente dos pequenos produtores, ainda proporcionando o fomento da atividade não só no estado como nas demais unidades da federação.



## **Análise sociojurídica da piscicultura e sua contribuição para o desenvolvimento regional do Vale do Jamari**

Desenvolvimento regional é o processo no qual fica caracterizado o aumento da disponibilidade de bens e de serviços acompanhado de alterações estruturais e qualitativas, não apenas de ordem econômica, mas também social <sup>(20)</sup>. Ou seja, o crescimento das atividades econômicas e sua diversificação, que geram resultados e promovem impactos sociais como desenvolvimento urbano, aumento dos níveis de educação e expectativa de vida.

Conforme a expectativa prevista pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para que ocorra o desenvolvimento regional se faz necessário que seja observado os objetivos sustentáveis, que são: 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero; 3) boa saúde; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água limpa e saneamento, 7) energia acessível e limpa; 8) emprego digno e crescimento econômico; 9) indústria inovação e infraestrutura; 10) redução das desigualdades; 11) cidades e comunidades sustentáveis; 12) consumo e produção responsáveis; 13) combate as alterações climáticas; 14) vida de baixo d'água; 15) vida sobre a terra; 16) paz, justiça e instituições fortes, e 17) parcerias em prol das metas <sup>(21)</sup>.

Importante para a composição deste estudo, ressaltar que sob uma análise jurídica da temática desenvolvimento regional, ao observar os objetivos sustentáveis tem-se no número 16 a contribuição do Direito para a sociedade, a partir do pensamento que sem paz, justiça e instituições fortes os demais objetivos não serão passíveis de alcance. Desta forma, o Direito se encaixa como ponte de ligação entre a sociedade e as normas que regem a sociedade, normas essas que viabilizam o desenvolvimento de todos os demais objetivos.

Uma das principais normas legisladas e vigentes no país quanto ao desenvolvimento se encontra no texto constitucional que desde o seu Preâmbulo apresenta o desenvolvimento como um dos pontos chaves da democracia brasileira.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade [...] <sup>(22)</sup>.



No artigo 3º da Constituição de 1988<sup>(22)</sup>, apresentam-se os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, em que os incisos II e III dispõem respectivamente que a garantia do desenvolvimento nacional é um dos objetivos que interessa para este estudo e o outro está em “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, dessa forma o desenvolvimento da piscicultura no Vale do Jamari tem potencial contributivo para atender o que rege a Constituição Federal.

Segundo a Associação de Criadores de Peixes de Ariquemes, representada por seu presidente o senhor Francisco Hidalgo Farina, ao ano são produzidas mais de 90 (noventa) mil toneladas de pescado em todo o Vale do Jamari. Tal produção movimenta a economia das cidades que o compõem, uma vez que desde a produção nas propriedades rurais a piscicultura gera empregos e renda. Nas palavras do Senhor Farina, “as famílias que têm sua propriedade rural com um ou dois tanques de peixe, no período de despesca geram empregos para os familiares e vizinhos, pois a despesca necessita de muita mão de obra”<sup>(23)</sup>. Principalmente quando levamos em consideração que a despesca das famílias são realizadas manualmente.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>(10)</sup>, o Produto Interno Bruto (PIB) de Rondônia fechou em 39,451 bi (trinta e nove bilhões e quatrocentos e cinquenta e um milhões) de reais, ficando como o terceiro maior PIB da região norte do país. No ano de 2016 o PIB gerado pela piscicultura do estado foi de 4,61 bi (quatro bilhões e sessenta e um milhões) de reais, levando em consideração o crescimento da piscicultura em 8,63% (oito virgula sessenta e três por cento) no ano de 2018 o PIB da piscicultura do estado superou os 5 bi (cinco bilhões) de reais<sup>(8)</sup>.

O principal desafio enfrentado pelos piscicultores do Vale do Jamari é a limitação da capacidade do processamento de todo o pescado produzido, no ano de 2017 há registro de apenas duas plantas industriais com os devidos registros nos órgãos competentes, a saber Serviço de Inspeção Federal (SIF) e no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). A maior indústria de processamento de pescado está localizada na cidade de Ariquemes e a capacidade de processamento é de 10 (dez) toneladas diárias de pescado<sup>(16)</sup>.

Outro ponto que freia o desenvolvimento regional proporcionado pela piscicultura é o fato de que a maior parte da produtividade do pescado *in natura* é processado em outros estados, apenas 2% (dois por cento) é consumido em Rondônia, o Amazonas é o principal receptor do pescado rondoniense. A industrialização do pescado em outro estado subtrai a

arrecadação de imposto que abasteceriam os cofres públicos rondoniense, devido ao valor agregado do produto acontecer em outro local e retornar para as cidades do Vale do Jamari já processados e com selo de indústrias de outra unidade da federação, onde o custo do produto para o consumidor se eleva o que repercute em baixo consumo <sup>(24)</sup>.

A burocratização da abertura de novas unidades de industrialização e a dificuldade em liberar certificação para as agroindústrias familiares compõem juntamente com a tímida oferta de cursos de capacitação para profissionais no ramo industrial de processamento de pescado fecham os principais desafios enfrentados no ciclo de produtividade da piscicultura Jamariense <sup>(8)</sup>.

Tem-se a definição de agroindústria como o ambiente físico equipado e preparado onde um conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura/piscicultura ou silvicultura e são realizadas de forma sistemática. Prolongando a validade e diminuindo a sazonalidade dos produtos *in natura* com o objetivo de agregar valor aos alimentos, mantendo as suas características originais. Já a agroindústria familiar é o espaço físico empregado para o beneficiamento e/ou processamento de matérias-primas onde a mão de obra deve ser preferencialmente da família e/ou famílias do entorno da agroindústria <sup>(25)</sup>.

Os produtores rurais familiares utilizam pequenas propriedades para a instalação de tanques próprios ao desenvolvimento da piscicultura e alguns que já possuem os tanques de piscicultura em funcionamento procuram implantar agroindústrias para agregar valor ao produto. Por serem pequenos produtores e não disporem de capital para o investimento necessário para a adequação da propriedade e estarem aptos dentro do que requer o licenciamento ambiental, muitos buscam instituições financeiras, por meio de empréstimos viabilizar o custeio da produtividade o que inclui também os insumos, em particular a ração, um item que possui um custo elevado <sup>(26)</sup>.

Tal ação implica em um fato jurídico cujas entrelinhas muitas vezes passam por despercebidos pelo produtor rural adquirente de um empréstimo bancário, algumas instituições estipulam como cláusula contratual a penhora ou a hipoteca da propriedade rural como garantia do pagamento do empréstimo que na maioria das vezes é de valor menor que o valor da propriedade rural, está por sua vez se enquadra na classificação de bem único da família que a utiliza tanto como moradia como também fonte principal de renda familiar. A prática da cláusula supracitada de um bem familiar necessário para a subsistência da família

classifica o contrato de negócio jurídico com vício ou defeito do negócio jurídico como dispõem os artigos 186, 187 e 927 do Código Civil de 2002 <sup>(27)</sup>.

Sobre a iniciativa privada de ordem econômica a Constituição Federal de 1988 no artigo 170<sup>(22)</sup>, dispõem que:

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

II - propriedade privada;

[...]

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

Dentro dessa perspectiva é possível notar que as atividades econômicas oriundas das propriedades rurais familiares se encaixam no conceito de propriedade privada e o desenvolvimento da piscicultura atende ao anseio constitucional no que tange a função social desta e a redução das desigualdades regionais e sociais, pois por meio do desenvolvimento dos cursos de níveis técnico e superiores, como por exemplo a engenharia de pesca, zootecnia, aquicultura e técnico em alimentos, passam a ser ofertados no interior do Estado de Rondônia, com o intuito de atender a demanda de capacitação profissional dos próprios filhos dos produtores rurais bem como outros jovens da sociedade, a exemplo cursos ofertados pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Instituto Federal de Rondônia (IFRO), de certo que a oferta ainda é tímida em decorrência das estruturas de *camping* dessas instituições ainda estarem em processo de desenvolvimento, contudo vê-se que em face do crescimento da produtividade na região do Vale do Jamari a necessidade de maior demanda de capacitação é justificada <sup>(16)</sup>.

O Vale do Jamari tem se tornado conhecido nacionalmente em decorrência do fomento da piscicultura, chegando até a ser executado um evento na esplanada dos Ministérios em Brasília, denominado “Tambaqui na Esplanada”, um evento organizado pela Associação dos Criadores de Peixe do Estado de Rondônia (ACRIPAR), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Governo do estado de Rondônia, Governo do Distrito Federal e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) <sup>(28)</sup>. No evento foram distribuídas 6 (seis) toneladas de peixe da espécie Tambaqui que foram assados na brasa, ao todo mais



de 4 (quatro) mil bandas de peixe, cultivados no Vale do Jamari e industrializados (tratados, limpos e cortados em banda, embalados a vácuo e resfriados) pelas indústrias locais <sup>(29)</sup>.

A realização deste evento proporciona visibilidade ao potencial da região e desperta interesses de empreendedores para estabelecerem negócios no estado de Rondônia, ação que integra uma cadeia de desenvolvimento, por contribuir para o aumento dos postos de trabalho, consequentemente uma melhor oferta nos serviços básicos como saúde, educação e segurança, além de promover até mesmo o turismo na região que apresenta um grande potencial para a atividade, contudo ainda pouco explorada. Outro ponto importante a ser ressaltado é a instalação de lojas varejistas de cunho nacional na cidade de Ariquemes, o que dá provimento a vagas de empregos para a população <sup>(29)</sup>.

Deste modo, gerando pontos positivos para o Vale do Jamari, que por meio do seu potencial gerador de renda refletido pela força da piscicultura que se desenvolve em avanços tecnológicos garantindo assim, a subsistência socioeconômica para a sociedade residente na cidade de Ariquemes e região que tem seu comércio movimentado pelas feiras regionais promovidas regularmente a exemplo do evento acima referido, que aliás fora desenvolvido com base na Expovale, feira de exposição de pescado, e outras atividades econômicas culturalmente exercidas na região foco deste estudo.

### **Considerações Finais**

Nota-se que o Estado de Rondônia desde a sua concepção foi planejado para o desenvolvimento de atividades agropecuárias e/ou agriculturas. Com o passar do tempo e por meio da organização política rondoniense e o surgimento do Vale do Jamari o potencial para o desenvolvimento da piscicultura foi descoberto ao observarem que se trata de uma região abundante em mananciais de água e de clima propício para o desenvolvimento dessa atividade.

Devido ao aumento considerável da produção de pescado na região e o fomento dessa produção a nível nacional, por meio de divulgações em mídias digitais e eventos dentro e fora do estado a piscicultura como atividade econômica tem chamado atenção de alguns empresários do ramo do agronegócio e das indústrias alimentícias, o que tem provocado um avanço no desenvolvimento da região com a instalação de redes de lojas de cunho nacional

na cidade de Ariquemes, maior cidade em dimensão demográfica e populacional dentre as cidades que compõem a microrregião.

Em análise aos desafios enfrentados pelos produtores da piscicultura e também pelos industriários que pleiteiam a instalação de indústrias de beneficiamento de pescado na região e ainda, por meio dos dados apresentados ao decorrer do estudo em que é possível verificar que a população da zona urbana desconhece o potencial econômico proveniente do pescado produzido na região apresenta as seguintes soluções jurídicas para a temática: o fomento de políticas públicas visando a capacitação e a qualificação de mão de obra por meio de cursos gratuitos para jovens membros pertencentes dessas famílias, desburocratização das exigências para a abertura de novas indústrias de processamento de pescado, incentivo financeiro por meio de linhas de crédito para os cidadãos que quiserem investir na abertura de agroindústrias de beneficiamento da matéria prima produzida na região transformando-a em produto final para o consumo, a exemplo o bolinho de tambaqui congelado e, por fim, a promoção da atividade econômica utilizando-se das mídias digitais e das novas tecnologias, a fim de divulgar os produtos produzidos pelas agroindústrias familiares e incentivar o maior consumo de peixe e produtos derivados para a sociedade.

## Referências

1. Oliveira U. Ciclo da Borracha – O que foi? Resumo completo! Gestão Educacional [on-line]. Publicado em 27 mar. 2019. Disponível em: <https://www.gestaoeducacional.com.br/ciclo-da-borracha-o-que-foi/>. Acesso em: 21 out. 2021.
2. Paula A de. Madeira Mamoré: a Ferrovia do Diabo. Iconografia da História [on-line]. Publicado em: 09 nov. 2020. Disponível em: <https://iconografiadahistoria.com.br/2020/11/09/madeira-mamore-a-ferrovia-do-diabo/>. Acesso em: 21 out. 2021.
3. Marchesan AMM, Steigleder AM, Cappelli S. Direito ambiental. 7 ed. São Paulo: Verbo Jurídico, 2013.
4. Oliveira AIA. Introdução à legislação ambiental brasileira e licenciamento ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. P: 307.



5. Rondônia. Secretaria de Estado de Agricultura. Governo do Estado de Rondônia. Diagnóstico do desmatamento nas unidades de conservação estaduais do estado de Rondônia anos 2015 e 2016. Porto Velho, 2017.
6. Neto MF. Os impactos e as consequências causadas ao meio ambiente em função dos desmatamentos e das queimadas em face da ineficácia da responsabilização administrativa e penal da lei ambiental. Publicado em Novembro de 2012 [on-line]. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/22987>. Acesso em 13 out. 2021.
7. IDARON, Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. Relatório 2017 [on-line]. Disponível em <http://intranet.idaron.gov/?s=educa%C3%A7%C3%A3o+sanit%C3%A1ria>. Acesso em 14 out. 2021.
8. Rondônia. Secretaria de Estado de Agricultura. Imprensa Oficial. História do estado. Portal do Estado de Rondônia [on-line]. Publicado em: 2019. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/diof/sobre/historia/>. Acesso em: 13 out. 2021.
9. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2019 - Populações nos censos demográficos por situação do domicílio [on-line]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1288>. Acesso em: 15 out. 2021.
10. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal – 2017 [on-line]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam>. Acesso em: 15 out. 2021.
11. Palitot A. A história de Candeias do Jamari. Trilhando a História. Publicado em: 12 maio 2012 [on-line]. Disponível em: <https://alekspalitot.com.br/historia-de-candeias-do-jamari/>. Acesso em: 16 out. 2021.
12. Cavalcante. FRC. Análise da desigualdade regional no estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de Douglass North. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, NAEA, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2011. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2984/1/Tese\\_AnaliseDesigualdadeRegional.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2984/1/Tese_AnaliseDesigualdadeRegional.pdf). P: 28. Acesso em: 17 out. 2021.
13. Oliveira VBV. Perfil social e produtivo do território Vale do Jamari-Rondônia. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa, Rondônia. Porto Velho, 2007.
14. Sbrissa, FC. Perfil Da Atividade Agropecuária Familiar Como Subsídio Para Elaboração De Projetos Socioeconômicos Em Um Município Do Estado De Rondônia. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2019. Disponível em: [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27725/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20cap%20Itapu%C3%A32\\_ficha.pdf?sequence=7&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27725/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20cap%20Itapu%C3%A32_ficha.pdf?sequence=7&isAllowed=y). Acesso em: 17 out. 2021.
15. Nogueira ME, Urcola MA. A hierarquização da agricultura familiar nas políticas de desenvolvimento rural na Argentina e no Brasil. Revista IDeAS, v. 7, n. 2, p. 96-137, 2013.



16. Silva FAC, Araújo LV. A piscicultura de Rondônia: avanços e perspectiva. In: 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural | Inovação, Extensão e Cooperação para o Desenvolvimento. Universidade Federal de Santa Maria-RS. 30 de julho a 03 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1075073/1/PISCICULTURADERON DONIA.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.
17. G1. Agricultura Familiar representa mais de 80% das propriedades rurais de RO [on-line]. Disponível em <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/06/agricultura-familiar-representamais-de-80-das-propriedade-rurais-de-ro.html>. Acesso em: 18 out. 2021.
18. Oliviera D. Tecnologia aumenta produtividade da agricultura familiar. Embrapa-RO [on-line]. Publicado em: 2016. Disponível em <https://www.rondoniagora.com/agronegocio/tecnologia-aumenta-produtividade-daagricultura-familiar-em-rondonia-garante-embrapa>. Acesso em: 18 out. 2021.
19. Crispa C. Entenda o que é e como funciona o agronegócio. Agron [on-line]. Publicado em: 17 set. 2018. Disponível em: <https://www.agron.com.br/publicacoes/mundo-agron/cultura-e-variedades/2018/09/17/057688/entenda-o-que-e-e-como-funciona-o-agronegocio.html>. Acesso em: 18 out. 2021.
20. Domingues GD. Trinta anos depois da Constituição de 1988: o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e sua contribuição para o desenvolvimento. R. BNDES, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 59-98, dez. 2018. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/16841/3/PRArt214568\\_Trinta%20anos%20depois%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201988\\_compl\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/16841/3/PRArt214568_Trinta%20anos%20depois%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201988_compl_P_BD.pdf). Acesso em: 18 out. 2021.
21. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento – MAPA. Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT. Organizadores; Vera Cecilia F. de Figueiredo, Jose R. Lôbo, Vitor Salvador Picão Gonçalves - Brasília. MAPA/SDA/DSA, 2019.
22. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Planalto [on-line] Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 19 out. 2021.
23. Rondônia. Secretaria de Estado de Agricultura. Capacidade de produção da piscicultura em Rondônia cresceu 8,63%, segundo dados da Sedam. Publicado em: 09 jul. 2019 [on-line]. Disponível em <http://www.rondonia.ro.gov.br/capacidade-de-producao-da-piscicultura-em-rondonia-cresceu-863-segundo-dados-da-sedam/>. Acesso em: 19 out. 2021.
24. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 2006 – agricultura familiar: primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.



25. ASMETRO. Agroindústria familiar. Agroindústria [on-line]. Disponível em: <https://ruraltins.to.gov.br/agroindustria/>. Acesso em: 19 de out. 2021.

26. Munoz A, Belchior EB. A agropecuária ainda amortece os efeitos da crise no País. Ativos Aquicultura. Ano 1 – Edição 6 – Outubro de 2015. CNA Brasil. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/141365/1/CNPASA-2015-aa6.pdf>. Acesso em: 19 de out. 2021.

27. Brasil. Lei 10. 406 de 10 de janeiro de 2002, Código Civil. Planalto [on-line] Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm).

28. Coelho E. Churrasco na Esplanada servirá seis toneladas de tabaqui à população do DF. Agência Brasília [on-line]. Publicado em: 05 ago. 2019. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/08/05/churrasco-na-esplanada-servira-seis-toneladas-de-tabaqui-a-populacao-do-df/>. Acesso em: 23 out. 2021.

29. Cerbino K. Churrasco de tabaqui movimentada esplanada dos ministérios. Agência Brasil. Publicado em: 07 ago. 2019. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-08/churrasco-de-tabaqui-movimentada-esplanada-dos-ministerios>. Acesso em: 23 out. 2021.